



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 06/08/2021.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29

No sexto dia do mês de Agosto do ano de 2021 às 09:00, em ambiente virtual por meio do link disponibilizado via *e-mail* e transmitido ao vivo via *Youtube* da SEJUF e página do *Facebook* do COPED, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Amaro Carvalho (SEJUF); Ney Leprevost (SEJUF); Aurélio Munhoz (Associação dos Municípios do Paraná); Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR); **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Ana Raggio (SEJUF), Claudio Marques Rolin e Silva (SESP). **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Angela Elizabeth Sarneski (Rede Mulheres Negras - RMN/PR); Diego Souza da Silva (Associação Núbia Rafaela Nogueira ALGBTI), Cristiane Aparecida Áureo Galdino (Associação do Movimento Cultural Afoxé Ogun Fúnmilaiyo – AMCAOF), Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Rute Regina Alves (ACTEP). **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Jorasi Matias Borges (Associação de Apoio a Moradia de Braganey), Dr. Delton Aparecido Felipe (ABPN - Maringá), Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR); Rita de Cássia Ferreira (Frente Movimento), Dayana Brunetto Carlin dos Santos (Liga Brasileira de Lésbicas - LBL/PR). **Convidados/Colaboradores:** Juliana Muller (SEJUF); Andréia de Lima; Edilson Cunico; Rosana Kloster; Telma Regina; Welligton Mendes; Margot Jung; Juliana Tibes; Professor Leandro; Daisy Ribeiro (Terra de Direitos); Francielle Rocha. **1. Abertura:** Primeiramente, Juliana em sua qualidade de secretária executiva do Conselho Permanente de Direitos Humanos verificou o quórum e iniciou a chamada nominal pelos conselheiros da sociedade civil. O conselheiro Leonildo não se fez presente por motivos de saúde, portanto a conselheira suplente Dayana assumirá o seu lugar em caso de votações. Portanto, após a chamada, a sec. Juliana informou que há quórum - composto por 7 titulares e 1 suplente - e deu início à reunião ordinária do COPED do mês de agosto. O vice-presidente, Marcel, saudou todos e todas presentes, dando início a Eleição de Indicação da Lista Tríplice Para o Cargo de Ouvidor



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

30 (a) Geral da Defensoria Pública do Paraná, sendo um dia muito importante o reconhecimento
31 que o conselho adquiri ao participar desse processo de eleição. **2. Aprovação da Pauta:** a sec.
32 Juliana compartilhou a pauta com os (as) conselheiros (as) presentes. O conselheiro Clau
33 propôs a manutenção da pauta de aprovação das atas, pois é um tema mais rápido de se
34 resolver visto que elas são enviadas aos (as) conselheiros (as) com antecedência para possíveis
35 alterações. Foram inseridos os pontos ‘4. Apresentação da Campanha Defensoria Mais Direitos’
36 e ‘5. Violação de Direitos LGBTI+ pela Câmara Municipal de Maringá’. O conselheiro Clau
37 sugeriu a inclusão da pauta sobre o retorno das aulas presenciais na rede estadual e questões
38 de violações. A conselheira Ana indicou que é importante dar continuidade dessas questões no
39 ‘GT de Educação em Período de Pandemia’, pois as pautas já estão bem extensas e há a
40 possibilidade de o conselho não conseguir debatê-las propriamente nessa reunião. As pautas
41 foram aprovadas. **3. Eleição de Indicação da Lista Tríplice Para o Cargo de Ouvidor (a)**
42 **Geral da Defensoria Pública do Paraná:** O vice-presidente deu início ao processo eleitoral,
43 ressaltando novamente a importância desse espaço de acesso e controle essencial de
44 atividades desse órgão público pela sociedade civil. Além disso, parabenizou as candidaturas
45 postas e a representatividade da lista apresentada, passando assim, a palavra para a comissão
46 eleitoral. O conselheiro Clau em sua função de presidente da comissão eleitoral deu
47 continuidade ao ponto de pauta. A composição da Comissão Eleitoral também conta com a
48 presença das conselheiras Ana Raggio e Angela Sarneski e do conselheiro Anderson. Nessa
49 semana, houve um intenso debate de qualidade e de visões amplas na defesa de direitos
50 humanos no cargo da ouvidoria da Defensoria. Na última quarta-feira os (as) candidatos (as) se
51 apresentaram aos (as) demais conselheiros (as) para esse cargo que é de extrema importância
52 contra essa política de desmanche de todas as pautas do governo genocida e negacionista do
53 Bolsonaro. Diante disso, o conselheiro indicou que no dia anterior (05/08) a Comissão Eleitoral
54 se organizou para realizar o carregamento das cédulas de votação que foram enviadas via e-
55 *mail* a todos (as) habilitados a votar. Assim sendo, o conselheiro Clau solicitou que todos (as)
56 abram seus *e-mails* para conferir as cédulas e abrir o *link* quando for liberada a votação. O
57 conselheiro Clau propôs que a apuração seja realizada logo após a votação seja realizada para
58 maior agilidade das pautas, não havendo necessidade de esperar até às 10 horas - como



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

59 previsto no regimento. A conselheira Ana pontuou que o conselheiro Leonildo não conseguiu
60 acompanhar inteiramente a audiência pública por conta de outros compromissos, portanto,
61 retirou seu nome enquanto votante. Por conta disso, a única suplente que acompanhou a
62 audiência pública foi a conselheira Dayana e assumiu a condição de votante no processo de
63 Eleição da Ouvidoria. Além disso, a conselheira Ana também pontuou que os conselheiros (as)
64 governamentais não estão listados nesse processo e não possuem esse poder de voto por ser
65 uma função inteiramente da Sociedade Civil de acordo com o Regimento Interno. A conselheira
66 Ana destacou o trabalho realizado na gestão passada alterando o Regimento Interno para
67 possibilitar que houvesse normativas capazes de orientar esse processo. O conselheiro
68 Anderson parabenizou a todos (as) candidatos (as), ressaltando que se sentiria muito bem
69 representado por qualquer um deles e desejou uma boa eleição. A conselheira Angela salientou
70 que a sabatina foi importante para toda a sociedade paranaense para conhecer os (as)
71 candidatos (as) e ao mesmo tempo faz-se imprescindível essa soma de homens e mulheres
72 negras, pois isso representa muito bem a sociedade brasileira - que em sua maioria é negra -,
73 sendo uma enorme parcela também no Estado do Paraná - 30%. A sec. Juliana sugeriu que
74 antes do compartilhamento da apuração dos votos seja realizada uma pausa para conferência
75 do sigilo, se realmente o sistema irá fechar o sistema dos votos, não colocando em risco todo o
76 processo eleitoral. O vice-presidente Marcel registrou seu agradecimento pela participação da
77 conselheira Dayana suprimindo a ausência do conselheiro Leonildo, de todo modo, há
78 preocupação em relação à saúde do conselheiro que vem passando por dificuldades objetivas,
79 sendo necessário que o COPED dar uma atenção especial para contar com a presença desse
80 importante dos Direitos Humanos - seja no conselho ou fora dele. O vice-presidente Marcel
81 sugeriu que seja aberta a palavra aos (as) candidatas após a apuração dos votos. A sec. Juliana
82 indicou que as cédulas estão liberadas e que após conversas com o pessoal da informática, foi
83 levantado que o sistema só libera a apuração após às 10 horas, portanto, será necessário
84 aguardar. O processo foi rápido e todos (as) conselheiros (as) conseguiram votar. Durante esse
85 período foram discutidas as pautas de Nº 4 e 5. Após esse intervalo, foi compartilhado o relatório
86 de votação com todos (as) os (as) presentes pela Juliana. Segundo o relatório, segue em ordem
87 decrescente as (os) candidatas (os) mais votados: Andréia Soares de Lima - 08 votos; Karollyne



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

88 Nascimento - 08 votos; Eliza Ferreira da Silva - 06 votos; Telma Regina de Melo - 01 voto;
89 Rosana Kloster - 01 voto; Welligton Mendes de Oliveira - 00 votos; Edilson Cunico - 00 votos.
90 Portanto, a lista tríplice será formada pelas conselheiras Andréia, Karol e Eliza. A conselheira
91 Ana parabenizou todas (os) que participaram e as eleitas em especial, desejando boa sorte no
92 processo de escolha do conselho superior da defensoria. A sec. Juliana agradeceu
93 imensamente a participação da Juliana da informática que conduziu calmamente e perfeitamente
94 o manejo do sistema. A conselheira Angela parabenizou a todas e em especial as escolhas
95 realizadas de mulheres negras, essas que irão representar o que o COPED representa, a defesa
96 de todos os direitos, a luta pela diversidade e situações que precisam ser combatidas pela
97 sociedade brasileira e paranaense. A conselheira Dayana saudou a todos, todas e todes,
98 parabenizando as eleitas e reforçou a fala da conselheira Angela sobre a representatividade das
99 eleições e sua importância, agradecendo também a Comissão Eleitoral pela lisura dos
100 processos e pelo compromisso ético-político. Além disso, a Andréia agradeceu os votos
101 recebidos e expôs que se sente muito bem representada pelas outras mulheres que compõem
102 essa lista, agradeceu imensamente a todos (as) que dedicaram seu tempo na construção dessa
103 eleição, que para ela é um passo e um degrau muito grande, mais uma conquista e disse para
104 quem não conseguiu se eleger que estamos todos juntos e que somente juntas como um
105 coletivo podemos vencer e derrubar toda a estrutura machista, misógina, racista e
106 preconceituosa que a cidade de Curitiba possui. Em seguida, Karoll deu bom dia a todos e todas
107 presentes, agradecendo pelo voto de confiança e pela oportunidade de poder partilhar esse
108 momento com essas mulheres tão importantes e representativas. Por fim, a Eliza destaca sua
109 felicidade em participar desse processo, sendo uma ótima experiência passar por uma sabatina
110 e o resultado em duas ótimas mulheres líderes que a inspiram. **4. Apresentação da Campanha**
111 **Mais Defensoria Mais Direitos:** Daisy agradeceu a todos e todas pelo espaço cedido para a
112 apresentação da campanha, indicando que o Paraná foi o penúltimo estado a ter uma defensoria
113 pública e que isso só foi possível a partir de uma grande mobilização social - inclusive de
114 conselheiros (as) do COPED. Este ano, a Defensoria Pública do Estado do Paraná está
115 completando 10 anos em 2021, assim sendo, entende-se que a importância de haver novas
116 mobilizações em prol da ampliação, estruturação e fortalecimento da Defensoria Pública para



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

117 que ela chegue a toda a população vulnerável paranaense. Daisy destacou também que
118 infelizmente 90% das COMARCAS Paranaenses não possuem Defensorias Públicas, isso
119 equivale a menos de 60 municípios dos 399 do Estado do Paraná possuem uma Defensoria
120 Pública estruturada. Portanto, a campanha foi lançada em Maio de 2021 contando com a
121 presença de várias pessoas, como a Aliança Nacional LGBTI, Articulação Puxirão de Povos
122 Faxinalenses, Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Paraná,
123 Associação de Moradores do Jardim Francisco, Associação dos Ilhéus do Rio Paraná,
124 Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI, Centro Acadêmico Horácio
125 Raccanello Filho, Centro Acadêmico Hugo Simas, Centro de Estudos da Constituição da
126 Universidade Federal do Paraná, Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria),
127 Conselho da Comunidade de Apucarana, Conselho da COMARCA da Região Metropolitana de
128 Curitiba, Conselho da Comunidade de Execuções Penais da COMARCA de Maringá, Conselho
129 Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social do Paraná, Desencarcera Paraná,
130 Frente Movimento, Grupo Dignidade, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Instituto
131 Democracia Popular, Liga Brasileira de Lésbicas, Movimento de Assessoria Jurídica
132 Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva, Movimento de Mulheres Camponesas do
133 Paraná, Movimento de Mulheres Quilombolas do Paraná, Movimento dos Trabalhadores por
134 Direitos, Movimento dos Pescadores Artesanais, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras
135 Rurais Sem Terras, Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, Núcleo
136 de Direitos Humanos da PUC Paraná, Rede Justiça pelos Direitos Humanos, Rede Mulheres
137 Negras - PR, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, Rede Puxirão de Povos e
138 Comunidades Tradicionais, Terra de Direitos, União de Moradores e Trabalhadores de Curitiba e
139 Região. O professor Leandro agradeceu a fala da Daisy e indicou que nesse processo de
140 acompanhamento do fortalecimento da Defensoria Pública foi proposta uma emenda em relação
141 a questões orçamentárias na Assembleia Legislativa, além disso foi fomentado o debate com os
142 candidatos a Defensor Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Outra pauta muito
143 importante trazida pelo professor foi que no próximo ano é o prazo da emenda constitucional nº
144 80 em que deveria todas as COMARCAS um representante defensor ou uma defensora pública
145 em cada uma. Além disso, o professor indica que a lista tríplice eleita será convidada para um



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

146 debate na próxima semana conjunto a campanha Defensoria Mais Direitos, que busca difundir
147 esse tema em todo o estado, propondo assim, um grupo de trabalho específico para
148 acompanhar a Defensoria Pública no Estado do Paraná. Por fim, reforçou o convite às entidades
149 para participarem da campanha, sendo possível o contato pelo *facebook* em que o professor
150 enviou no *chat*. A conselheira Ana primeiramente parabenizou pela iniciativa da campanha, no
151 entanto, ainda há um investimento no sistema de justiça no âmbito do Ministério Público e do
152 Tribunal de Justiça, mas não vê esse mesmo investimento na Defensoria Pública - o que é
153 extremamente preocupante -, há a lei de 2013, que segundo ela já deveríamos estar com 400
154 defensores e defensoras, mas atualmente continuamos com os mesmos 100 iniciais. Sendo
155 assim, a conselheira Ana indaga se não seria interessante o conselho pensar na realização de
156 uma audiência pública sobre o tema para que seja aberto diálogo com as instituições
157 responsáveis. A conselheira Rita reiterou a proposta trazida pela conselheira Ana e sugeriu a
158 criação de uma comissão permanente sobre a Defensoria Pública, pois vivemos em uma era de
159 rebaixamento de direitos, sendo oportuna a criação de uma comissão de fiscalização desses
160 processos. O conselheiro Delton saudou a todos, todas e todes presentes, parabenizando o
161 professor Leandro e a Daisy pela campanha, ressaltando seu apreço e sua como ela é
162 fundamental para um órgão que não só pretende promulgar direitos, mas garanti-los. Além
163 disso, o conselheiro Delton indagou como o COPED poderá colaborar efetivamente com a
164 campanha, pois é de conhecimento de todos (as) que a ampliação da Defensoria demanda mais
165 pessoal efetivo e orçamentos. Sendo assim, pergunta se o COPED poderá gerar alguma
166 pressão que colabore na efetivação dessa demanda, visto que no conselho há diversos
167 movimentos sociais que podem dialogar com suas bases para fortalecer a campanha. Portanto,
168 como proposta de encaminhamento houve a criação de um GT específico pela conselheira Rita
169 e uma proposta de audiência pública pela conselheira Ana. O vice-presidente Marcel sugeriu
170 que a proposta de uma comissão seja debatida durante a audiência pública do COPED em
171 parceria com a Campanha Mais Defensoria Mais Direitos. A proposta de audiência pública foi
172 posta em votação pelo vice-presidente. A proposta foi aprovada por unanimidade. **5. Aprovação**
173 **das atas:** O vice-presidente Marcel indagou se alguém se manifestava contrário a aprovação
174 das atas - que foram enviadas anteriormente por *e-mail* para todos (as) os (as) conselheiros



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

175 (as). Nenhuma objeção foi realizada e portanto, as atas foram aprovadas. **6. Violação de**
176 **Direitos LGBTI+ pela câmara municipal de Maringá:** o vice-presidente Marcel destacou que
177 esse ponto de pauta surgiu do grupo de *whatsapp*, onde o Movimento de LGBTI de Maringá
178 entrou em contato com o COPED, que deram alguns avanços no município. Dessa maneira, foi
179 realizado um encontro *online* privilegiando os movimentos locais do município onde ocorreu a
180 violação de direitos. A convidada Margot agradeceu o espaço cedido pelo COPED e leu um
181 texto que foi elaborado sobre o caso: “*A Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB -*
182 *Subseção Maringá, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná - Sede de Maringá, o Núcleo*
183 *de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual da UEM, o DeVerso - Sexualidade, Saúde e*
184 *Política, a Associação Maringaense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a*
185 *ONG Resistrans, a ONG Maria do Ingá - Direitos da Mulher, a Associação Nenhuma Menos,*
186 *Coletivo Estadual de Combate a LGBTIfobia da APP Sindicato, o BR Cidades Núcleo Maringá e*
187 *a Frente Trans da UEM se manifestam neste Conselho Permanente de Direitos Humanos do*
188 *Paraná, a fim de informar sobre os acontecimentos relacionados à população LGBTI em*
189 *Maringá. Em Maringá, embora os dados oficiais sobre a violência LGBTfóbica sejam*
190 *inexistentes, uma pesquisa realizada por meio de formulário estruturado com 10 questões foi*
191 *colocada à disposição da população digitalmente e divulgada por meio das redes sociais.*
192 *Pesquisa essa realizada entre os dias 25 de fevereiro e 18 de março do corrente ano e que*
193 *contou com 406 respostas com idade entre 16 e 65 anos, apontou que, 63% das pessoas*
194 *entrevistadas já sofreram algum tipo de LGBTIfobia, incluindo violência física, verbal e*
195 *psicológica, e 44% das respondentes acreditam que Maringá não é uma cidade acolhedora para*
196 *a população LGBTI. Não há em Maringá, políticas públicas para as pessoas LGBTI, apenas*
197 *duas foram aprovadas em 2010, o Dia Municipal de Combate à Homofobia instituído pela Lei*
198 *8615 de 2010, mas lei esta que nunca foi colocada em prática por nenhum órgão público da*
199 *Prefeitura. E a Lei 8728 de 2010, a qual foi vetada integralmente pelo Prefeito, alegando que,*
200 *iria trazer um assunto já abordado com educadores e gestores dentro das políticas públicas, que*
201 *discussões sobre bullying e direitos humanos já eram realizadas entre a escola e a comunidade,*
202 *inclusive com a distribuição de folders sobre o tema. Além disso, outro fator importante sobre o*
203 *veto do prefeito foi sobre que deveria haver um diálogo e ampla discussão com entidades*



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

204 *religiosas e com a sociedade. Convém informar que a Câmara derrubou integralmente o veto do*
205 *prefeito, contudo, mesmo que a lei ainda vigore, estamos esperando uma efetiva implementação*
206 *da mesma no município, que venha de fato promover a formação continuada para professoras e*
207 *professores da Rede Municipal de Ensino. Recebemos com muita frequência denúncias de*
208 *LGBTIfobia praticada em diversos espaços da cidade, inclusive em espaços públicos,*
209 *atendemos e ajudamos às vezes tirando dinheiro do próprio bolso as pessoas que estão em*
210 *situação de vulnerabilidade e que não encontrem condições seguras para a sobrevivência. Já*
211 *existiu em Maringá um abrigo que acolhia pessoas LGBTI, o Abrigo Casa de Missão Amor*
212 *Gratuito foi uma iniciativa de um grupo de pessoas ligadas à Igreja ICM, uma igreja inclusiva que*
213 *existe no mundo todo. No princípio o abrigo tinha capacidade para atender 25 pessoas, contudo,*
214 *dadas as dificuldades financeiras, hoje o abrigo sobrevive graças a solidariedade de pessoas*
215 *que colaboram para isso doando dinheiro, alimentos, roupas, cobertores, panelas, móveis, gás*
216 *de cozinha, pessoas que pagam contas de água e luz ou ainda que compram da organização do*
217 *abrigo artefatos produzidos pelas pessoas ali abrigadas. Porém, em 2018 foi preciso que o*
218 *abrigo saísse de Maringá, principalmente pelo alto valor do aluguel e se mudar para Sarandi,*
219 *cidade vizinha. Hoje o abrigo tem capacidade apenas para 10 pessoas e tenta retornar para*
220 *Maringá, inclusive durante a pandemia, o abrigo ficou muito tempo fechado, sendo arrombado e*
221 *depredado por duas vezes. Portanto, faltam políticas públicas efetivas para pessoas LGBTI em*
222 *Maringá, especialmente para aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nós*
223 *enfrentamos muita resistência e precisamos de apoio para promoção dos direitos humanos da*
224 *população LGBTI do município de Maringá, em especial na implementação das políticas*
225 *públicas voltadas à promoção humana da população LGBTI. Os Movimentos estão articulados e*
226 *estamos com bom diálogo no Executivo, tanto que, a pedido dos movimentos sociais na data de*
227 *05 de agosto o Executivo apresentou mensagem de Lei nº 71/2021 para a criação do Conselho*
228 *Municipal de Direitos LGBTI. Mas enfrentamos grande resistência no legislativo e citarei*
229 *exemplos: Em 12 de Julho de 2021 foi protocolado uma solicitação de projeto por uma*
230 *vereadora da cidade, o qual reproduz o projeto de lei 504/2021 proposto na Assembleia*
231 *Legislativa de São Paulo que pretende proibir publicidade infantil através de qualquer veículo de*
232 *comunicação e mídia, além de ser formalmente inconstitucional, esse projeto também viola os*



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

233 *fundamentais e humanos da população LGBTI. Recentemente, recebemos denúncia de um*
234 *professor da Rede Municipal que teve suas atividades retiradas do acesso das crianças sem o*
235 *consentimento dele dos cadernos de tarefas, pois havia menção da existência de famílias*
236 *homoafetivas. No dia 13 de Julho houve a rejeição do projeto de lei 15805 que visava*
237 *regulamentar o uso do nome social por pessoas transexuais e travestis no município de Maringá.*
238 *Quando o legislativo municipal nega ainda que no caso por omissão o uso do nome social no*
239 *âmbito da sua competência mitiga direitos fundamentais de uma população vulnerabilizada e*
240 *corrobora para o retrocesso de conquistas já alcançadas. Na tentativa de justificar a rejeição*
241 *desse projeto no dia 20/07 a APP Câmara veiculou em suas redes sociais um vídeo que cujo*
242 *conteúdo induz à população a erro e apresenta informações falsas sobre o nome social. O vídeo*
243 *propaga de forma livre a desinformação e minimiza as demandas da população trans e travestis.*
244 *Com isso solicitamos ao COPED que se manifeste quanto aos fatos aqui narrados e solicitamos*
245 *em especial que emita parecer e eventual recomendação sobre a criação do Conselho Municipal*
246 *de Direitos LGBTI em Maringá. Sugerimos ainda que, caso esse conselho julgue necessário,*
247 *que seja designada uma missão visando garantir os direitos humanos das pessoas LGBTI em*
248 *Maringá.”* O conselheiro Delton parabenizou a Margot pelo discurso e que é uma honra em tê-la
249 no conselho, salientando também que gostaria muito que o COPED considerasse as propostas
250 realizadas pela convidada, visto que, apesar de Maringá estar tentando construir uma ideia de
251 cidade inclusiva - muitas vezes atendendo as pautas que lhe são convenientes -, possui uma ala
252 administrativa extremamente reacionária. Visto isso, quando se tratam das pautas LGBTQI+,
253 esta ala tende a ser bem refratária. Portanto, um conselho como o COPED pode ajudar e fazer
254 com que o executivo também considere cumprir uma legislação de proteção a esse grupo. A
255 Francielle reiterou os pedidos realizados pela Margot, pois é de extrema relevância a atuação e
256 intervenção do COPED. Neste vídeo exposto pela Câmara há a inversão de narrativas e que os
257 direitos já estão reconhecidos, não havendo necessidade de legislar sobre a população LGBTI+
258 na cidade de Maringá. O conselheiro Diego reforçou a fala do conselheiro Delton, que enquanto
259 COPED deverá estar ativo nessa luta e que podem contar com ele enquanto conselheiro do
260 COPED, homem negro gay e do interior para realizar o acompanhamento dessa pauta. A
261 conselheira Ana pontuou que há a instância do Comitê LGBT vinculado também à Secretaria do



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

262 Estado da Justiça e que o comitê está apto a receber essas informações e denúncias, que o
263 COPED pode atuar em conjunto com a instância específica. Portanto, a conselheira sugeriu que
264 dentre dos encaminhamentos fosse feito o direcionamento da questão também ao Comitê LGBT.
265 A conselheira Rute fez referência a luta e o comprometimento da Margot numa região complexa
266 e desprovida de acolhimento de pessoas em situações de vulnerabilidade. O conselheiro Clau
267 exaltou a luta da Margot nessa região do estado que sofre violências diárias e é pauta no
268 fundamentalismo religioso e conservador. Diante disso, o conselheiro Clau indicou que o
269 COPED estará disposto a auxiliar nas pautas trazidas, além da CUT e da APP Sindicato, as
270 quais o conselheiro também faz parte. A conselheira Angela também colocou a disposição o
271 Coletivo de Combate ao Racismo da APP Sindicato e da CNPE para auxiliar nas pautas trazidas
272 pela convidada, além da Rede Mulheres Negras, que faz discussões e trabalhos importantes nas
273 prevenções e ações contra a LGBTfobia. O conselheiro Aurélio propôs uma audiência com o
274 prefeito de Maringá para entregar em mãos uma proposta com medidas e ações de combate à
275 LGBTfobia no município. As propostas de encaminhamento foram aprovadas por unanimidade
276 pelo conselho. **7. Indicação ao Grupo de Trabalho - Caso Evandro:** o vice-presidente
277 lembrou que esse ponto de pauta foi posto pelo conselheiro Clau via grupo do *whatsapp*, foi
278 encaminhado para todos (as) o convite de participação do Grupo de Trabalho. Sendo assim, o
279 vice-presidente consultou a todos (as) quais serão as indicações e seus respectivos eixos de
280 trabalho. A conselheira Ana ressaltou que esse GT tem uma função muito importante nas pautas
281 historicamente tratadas pelo COPED, sendo um caso emblemático em questões de garantia de
282 direitos humanos, envolvendo várias áreas como o enfrentamento à tortura, violências de
283 Estado, erros judiciários - a conselheira explicitou que não sabe se dizer se houve realmente
284 erros, mas que devem ser combatidos - e diversas dúvidas e indícios, sendo suficiente para que
285 haja atuação por parte da Secretaria de Estado da Justiça a partir da demanda do Secretário
286 Ney Leprevost. Além disso, buscar a garantia de direitos de mulheres, crianças e adolescentes,
287 enfrentamento ao desaparecimento de pessoas, tendo como objetivo sugerir aos órgãos
288 competentes adoção de medidas ao Caso Evandro em específico, mas também sobre o
289 enfrentamento dessas violências supracitadas com a criação de políticas públicas. A conselheira
290 Ana indicou que é necessário um titular e um suplente, porém está aberto a receber outras



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

291 pessoas que tenham interesse em acompanhar e auxiliar nos debates. Além disso, a conselheira
292 Ana pontuou que nos debates das questões de tortura foi identificado o quanto as práticas de
293 tortura tem uma raiz na lógica colonialista e escravista que o Brasil adotou na formação
294 enquanto Brasil-Colônia, portanto serão realizados apontamentos dessas causas históricas, a
295 liberdade religiosa também será tratada por esse GT por conta das violências contra as
296 religiões de matriz africana. Além disso, há a consciência de que a população LGBTI+ ainda
297 sofre torturas e violências por parte do Estado, quando não consegue acesso aos seus direitos,
298 quando é internada em ambientes hospitalares e acaba recebendo atendimentos desumanos e
299 degradantes. A questão da imprensa foi reconhecida e deverá ser trabalhado o direito à
300 comunicação. A conselheira Waleiska se indicou para compor o eixo de cobertura jornalística. O
301 conselheiro Clau se indicou para compor os eixos de atualização do caso e de violação de
302 direitos humanos. A conselheira Bruna e Dayana se indicaram para fazer parte do eixo de
303 violação de direitos humanos. O conselheiro Diego se indicou para o eixo de violação de direitos
304 humanos. A conselheira Ana pontuou a necessidade de indicação de titular e suplente. O vice-
305 presidente Marcel sugeriu ser o representante titular e solicitou alguém para sua suplência. O
306 conselheiro suplente será o Clau. As indicações foram aprovadas. **8. Campanha Despejo Zero:**
307 Representando o Movimento Nacional De Luta Pela Moradia (MNLN), o conselheiro Borges
308 agradeceu a oportunidade dada por esse coletivo para realizar um diagnóstico das questões da
309 luta pela moradia, tanto no estado do Paraná quanto na federação. A preocupação apresentada
310 é sobre a aprovação da suspensão dos despejos das ocupações, porém, para a sanção
311 presidencial, Jair Bolsonaro vetou o projeto. Entendendo que, esse projeto irá voltar para a
312 Câmara dos Deputados, o Movimento Nacional De Luta Pela Moradia gostaria de propôr que o
313 COPED através de seu colegiado apoiasse as ações de repúdio, resoluções e demais ações
314 contra essa suspensão, enviando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e em órgãos
315 que atuam na defesa dos direitos federais, seja na esfera federal ou estadual. O vice-presidente
316 Marcel indicou seu apoio na luta contra essa suspensão, indicando que o conselho deve aprovar
317 uma recomendação à Assembleia Legislativa e que ela acione a bancada federal para derrubar
318 o veto. Além disso, apresentou uma nova proposta de encaminhamento, que foi a de que o
319 COPED se habilite como *Amicus curiae* da corte na ADPF nº 828 - que também visa o veto da



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

320 suspensão das ordens de despejo. A conselheira Ana mencionou que esse debate sobre a
321 participação do COPED como *Amicus curiae* já havia sido realizado e que já havia defendido
322 que não existe essa atribuição para o conselho de participação judicial em ações. Então, a
323 conselheira ponderou que o conselho é um conselho de deliberação de políticas públicas e não
324 uma instituição da sociedade civil que tem como possibilidade a participação como *Amicus*
325 *curiae*, entendendo pela impossibilidade da proposta apresentada, ainda que entenda a
326 relevância da proposição. A conselheira Rita reiterou a fala do vice-presidente Marcel, inclusive
327 sendo algo que poderá ser encaminhado no âmbito da Comissão de Acompanhamento
328 Legislativo e Litigância Estratégica. Portanto, as propostas de encaminhamento da pauta foram:
329 Recomendação a ALEP ao Congresso Nacional para que apoie a derrubada integral ao Projeto
330 de Lei da Câmara dos Deputados Nº 827; habilitação do COPED como *Amicus curiae* na ADPF
331 Nº 828 no STF. Para a habilitação de *Amicus curiae* o vice-presidente indicou que os membros
332 da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Litigância Estratégica que possuam OAB
333 poderão assinar a petição e a escrita do documento seja elaborada em conjunto com quem
334 pauta esse tema no conselho. O processo de votação foi aberto. A conselheira Ana registrou sua
335 abstenção. Os encaminhamentos foram aprovados. **9. Organização de pautas no Plenário e**
336 **Organização das Comissões:** o vice-presidente destacou que a proposta de organização da
337 reunião interna da sociedade civil, o documento foi apresentado aos demais presentes.
338 Houveram duas rodadas de reunião no dia anterior. Assim sendo, foi posto para a reunião
339 ordinária a análise e organização das pautas das plenárias e das comissões. Neste sentido, os
340 encaminhamentos da reunião foram lidos na íntegra pelo vice-presidente e realizado suas
341 respectivas alterações, segue: “**1. Análise da Pauta de Plenário:** a. *Pautas serem propostas até*
342 *um dia antes, salvo urgências entendidas entre fatos ocorridos nas 24 horas anteriores;* b.
343 *Propostas de alteração de atas até a plenária por email;* c. *Intervalo 12:00 até 13:30;* d.
344 *Apresentação na Pauta, convidadas/os Externas 10 min. Apresentação na Pauta de*
345 *Conselheiras/os: 5min; Discussão: 3 min, por ordem de inscrição, permitindo reinscrição.*
346 *Encaminhamento 1min. Permitindo aparte para complementação de fala, até 2 min.* **2. Análise**
347 *da Pauta das Comissões:* a. *Presidência de Comissões: Entre Conselheiras/Conselheiros,*
348 *suplentes e titulares, govs ou sociedade civil, definido entre as/os membros da Comissão, na*



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

349 primeira reunião de cada comissão; b. Secretaria de Comissões: Ver possibilidade de
350 estudantes voluntárias/os do IES ou conquistado por cada presidência junto as suas indicações,
351 utilizando o modelo de relato de comissão encaminhado por e-mail; c. Abertura para integrantes:
352 pedir indicações para as entidades da SC que atuaram no processo eleitoral do COPED. As/os
353 Conselheiras/os podem fazer suas indicações também de pessoas que atuam nos campos
354 temáticos de cada Comissão, que serão aprovados pelas pessoas natas que já estão na
355 comissão; d. Definição de Calendário de Reuniões: A presidência com as pessoas integrantes;
356 e. Construção de uma ementa da Comissão: Definido pela Presidência com as pessoas
357 integrantes (um parágrafo com a definição de atuação da comissão); f. Quando necessário,
358 haverá reunião mensalmente da Sociedade Civil meia hora antes da plenária, com pauta única:
359 discutir a pauta do dia para evitar discussões sobre” Desta maneira, após a leitura dos
360 encaminhamentos, o vice-presidente Marcel abriu a fala para perguntas ou levantamentos sobre
361 a pauta. A conselheira Crica indagou qual seria a contrapartida dos estudantes voluntários, pois
362 para se voluntariar em qualquer projeto de extensão ou de pesquisa é necessário no mínimo um
363 certificado de horas na currículo complementar - que é exigido pela grade de ensino. O vice-
364 presidente respondeu que no caso específico da PUC, os estudantes que se colocarem à
365 disposição receberão horas complementares de seus respectivos cursos. A conselheira Crica
366 sugere que o COPED faça essa proposta para as Universidades, caso seja viável. A conselheira
367 Waleiska indicou que abrir o processo para diversas universidades pode acarretar em uma
368 demanda muito grande de avaliações das inscrições, sendo assim, sugere continuar com o
369 processo de indicação entre os grupos e cursos em que os (as) conselheiros (as) atuam. A
370 conselheira Angela indicou que os estudantes que forem participar compreendam os assuntos
371 tratados e sugeriu que seja elaborada uma cartilha com a construção realizada dos temas das
372 comissões com intuito de divulgar o papel do COPED, da Ouvidoria, das Comissões e etc.
373 Atraindo assim, a sociedade civil para que conheça de fato suas atribuições e venham participar.
374 A conselheira Dayana reforçou que abrir esse processo para diversas universidades poderá
375 contribuir para a criação de outras questões, pois não existe instituição que não esteja em
376 disputa de poder. Os encaminhamentos supracitados foram aprovados. **10. Indicações das**
377 **entidades ao PROVITA:** o vice-presidente ressaltou que faz-se necessária a avaliação da



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

378 manutenção das entidades atuais ou serão indicadas novas entidades ao PROVITA. O vice-
379 presidente propôs que a sociedade civil debata o tema nas reuniões específicas da mesma e
380 traga para a próxima plenária os devidos encaminhamentos. A conselheira Angela destacou sua
381 preocupação quanto à "urgência" da definição do tema, portanto, sugere que possa ser definida
382 à tarde. Neste momento deu-se por encerrada a reunião da parte da manhã e foi realizado um
383 intervalo para a alimentação dos (as) conselheiros (as). A conselheira Ana destacou a
384 importância de haver deliberação sobre as indicações ainda hoje, pois o conselho do PROVITA
385 já está em funcionamento. Porém, o vice-presidente Marcel sugeriu aos conselheiros da
386 sociedade civil que até a próxima sexta-feira (13) seja realizada uma reunião de pauta única
387 para tratar sobre as indicações para o PROVITA. O conselheiro Clau solicitou que seja aberto
388 para indicações da sociedade civil que desejem compor o PROVITA para agilizar o processo. A
389 sec. Juliana destacou que as duas entidades que atualmente estão no PROVITA vem realizando
390 um bom trabalho, este que é um trabalho árduo, exigindo muito dos representantes pelas
391 demandas apresentadas. Portanto, se não houver o interesse de entidades da gestão atual em
392 compor o conselho, há o interesse, tanto das entidades, quanto do PROVITA na manutenção e
393 continuidade das entidades indicadas nas gestões anteriores. O conselheiro Delton reforça a fala
394 da sec. Juliana, que neste momento frágil da sociedade e com tantas demandas, trocar
395 instituições que estão realizando um bom trabalho seria um erro. Portanto, ficou definido por
396 unanimidade pela Sociedade Civil em manter as entidades - estas que são: O Coletivo de
397 Estudos e Educação em Direitos Humanos de Maringá – CEED e o Instituto de Apoio à Adoção
398 de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto. **11. Relatos das Comissões:** o vice-presidente
399 abriu a pauta para os relatos das comissões que se reuniram. **11.4 Comissão de**
400 **Acompanhamento Legislativo e Litigância Estratégica:** A sec. Juliana compartilhou com os
401 demais o relato enviado pelo conselheiro Anderson. O relato apresentado foi elaborado em cima
402 do modelo enviado por *e-mail* para todos (as) conselheiros (as). Em seguida, a Sec. Juliana leu
403 o relato em sua forma integral, onde foram realizadas discussões e alterações realizadas em
404 plenária. Segue seu formato final após as alterações: “*Data da Reunião: 05/08/2021. Horário:*
405 *18:00. Local: Zoom. Composição: Anderson e Leonildo. Pautas: 4.1 – Ofício nº 154/2021 –*
406 *MP/PR – Resposta ao ofício 079/2021 – Caso de Jacarezinho: Relator/a: Anderson Rodrigues*



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

407 *Ferreira. Relato: E-mail enviado com dois pedidos: 1- solicitando que seja levantado junto ao*
408 *comando da PM a quantidade de casos de assassinato vulneráveis LGBTI+ que esteja pendente*
409 *de solução; 2 – Pauta: Solicitado Ofício a Delegacia de Jacarezinho solicitando informações*
410 *sobre violência cometida contra uma mulher, o qual poderá ser tido como feminicídio; Parecer da*
411 *Comissão: Sobre o primeiro pedido a comissão acolhe o pedido de envio de Ofício ao comando*
412 *da PM para apresentação dos dados solicitados; sobre o segundo ponto de pauta solicitamos*
413 *maiores informações ao denunciante. Parecer do COPED: 1 - Aprovado com envio de ofício a*
414 *SESP, com a inclusão do levantamento de dados sobre as profissionais de sexo (trans e cis) em*
415 *situação de vulnerabilidade. 2 – Aprovado, sendo que o conselheiro Diego encaminhará os*
416 *dados ao e-mail do Coped. 4.2 – Processo 17.493 – Secretaria de Estado e Segurança Pública.*
417 *Relator/a: Anderson Rodrigues Ferreira. Relato: Situação de possível ameaça a uma Mulher da*
418 *Cidade de Apucarana, supostamente vítima de ameaças a sua integridade física, foi*
419 *encaminhado solicitação de informações a SESP, sendo informado que foram lavrados dois*
420 *boletins de ocorrência, instaurado um inquérito policial em 2019, e o mesmo foi arquivado, por*
421 *não constatar a prática de nenhum crime. Parecer da Comissão: Oficiar à pessoa que promoveu*
422 *a denúncia ao COPED, solicitando informação se as ameaças relatadas foram devidamente*
423 *encerradas. Parecer do COPED: Aprovado o encaminhamento. 4.3 – Processo 15.525.007-0 –*
424 *Secretaria de Segurança Pública. Relator/a: Anderson Rodrigues Ferreira. Relato: Processo*
425 *referente a Denúncia envolvendo as Delegadas da época do SICRIDE e NUCRIA, na qual o*
426 *cidadão relata acusação injusta de abuso sexual de sua filha pela Delegada do Nucria, e o não*
427 *atendimento a sua denúncia de desaparecimento de sua filha junto ao SICRIDE. A SESP*
428 *informou que foi instaurado Investigação Preliminar e Inquérito Policial que está em trâmite*
429 *perante o Núcleo de Inteligência e Operações; também relataram a existência de processo*
430 *judicial movido pelo denunciante contra as delegadas, o qual se encontra arquivado. Parecer da*
431 *Comissão: Oficiar à pessoa que promoveu a denúncia ao COPED informando a posição*
432 *apresentada pela Secretaria de Estado e Segurança Pública. Parecer do COPED: Aprovado o*
433 *encaminhamento, com a solicitação de manifestação da denunciante sobre a resposta da SESP,*
434 *no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento do caso.”* **11.5. Comissão de Monitoramento**
435 **do Plano Estadual:** a conselheira Ana realizou a leitura do relato da comissão. Segue em sua



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

436 forma integral: “Data: terça-feira, 13/07/2021. Horário: 11h. Local: [https://meet.google.com/erq-](https://meet.google.com/erq-jahq-aaw)
437 [jahq-aaw](https://meet.google.com/erq-jahq-aaw) . Participantes: Ana Raggio, Dayana Brunetto, Marcel Jeronymo e Rita Lins e Silva.
438 Objetivo da Comissão: Elaborar proposta de Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção
439 e Defesa dos Direitos Humanos e Monitoramento de sua implementação. Metodologia da
440 Comissão: Elaborar o Plano Estadual: Mapeamento de entidades, movimentos sociais, coletivos,
441 organizações da sociedade civil com atuação em direitos humanos em todas as macrorregionais
442 do Estado, a partir de formulário (anexo); Diagnóstico da situação dos direitos humanos no
443 Estado do Paraná a partir de formulário (a ser elaborado); Diagnóstico da situação dos direitos
444 humanos no Estado do Paraná a partir de audiências públicas com entidades e movimentos
445 sociais nas macrorregionais do Estado; Diagnóstico das políticas públicas de defesa de direitos
446 humanos a partir de solicitação de informações às Secretarias de Estado; Elaboração de
447 propostas de ação com base no resultado da última conferência e do diagnóstico; Realização de
448 consulta pública sobre as propostas; Sistematização da colaboração da consulta pública; Envio
449 às Secretarias de Estado para construção de indicadores, prazo e orçamento; Finalização do
450 retorno das Secretarias de Estado; Aprovação pelo pleno do COPED. Monitorar o Plano
451 Estadual. Encaminhamentos da reunião: ofícios do COPED de convite para pessoas em
452 instituições para colaboração: IPARDES, SEPL. Elaboração de Formulário de mapeamento de
453 entidades, movimentos sociais, coletivos, organizações da sociedade civil com atuação em
454 direitos humanos do Estado do Paraná. Parecer do COPED: Aprovado. MODELO DO
455 FORMULÁRIO: DADOS DA PESSOA QUE ESTÁ PREENCHENDO (FORMULÁRIO VIRTUAL
456 COM ENVIO DO LINK (possibilidades Google Forms ou Live Survey/ Sejuf): 1. Nome; 2.
457 Telefone de contato; 3. Email. DADOS DA ENTIDADE, MOVIMENTO SOCIAL, COLETIVO,
458 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: 1. Nome da entidade; movimento social; coletivo;
459 organização da sociedade civil. 2. Município da sede (colocar os municípios do Paraná). 3. Área
460 de abrangência: Municipal; Estadual; Intermunicipal; Nacional. Tipo de organização: Associação
461 (entidade ou ONG com CNPJ); Movimento Social (coletivos, redes, outras sem CNPJ). 5. Área
462 de atuação (múltipla escolha): Direitos Humanos;;Igualdade Racial; LGBTI+; Povos Indígenas;
463 Comunidades Tradicionais; Migrantes, Refugiados e Apátridas; População em Situação de Rua;
464 Criança e Adolescente; Pessoa com Deficiência; Pessoa Idosa; Juventude; Mulheres; Educação;



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

465 *Saúde; Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional; Segurança Pública; Cultura;*
466 *Outras: aberta. 6. Ano de fundação; 7. Telefone de contato; 8. Email de contato.”* Após a leitura,
467 a conselheira abriu para o debate das propostas pelos demais conselheiros (as). A conselheira
468 Angela indagou se o formulário iria coletar informações de raça/cor dos participantes. A
469 conselheira Ana respondeu que a comissão não pretende usar as informações sobre as pessoas
470 que estão preenchendo o relatório, o formulário busca as informações de contato das
471 organizações para ela informar questões relativas aos direitos humanos. Esse material não será
472 utilizado para levantamento de violações de direitos ou informações quantitativas de pessoas. A
473 conselheira Bruna reforçou os recortes sugeridos pela conselheira Angela, pois eles são
474 importantes para a comissão, além disso, a conselheira indicou que já existe um mapeamento
475 das instituições da sociedade civil de todo o estado do Paraná no [site do IPEA](#) - com dados de
476 contato, CNPJ e outras informações. O conselheiro Delton indicou que esse questionário é de
477 instituições, sugerindo que seja adicionada a opção “representante da entidade” por não haver
478 necessidade dessas informações pessoais nesse processo. A conselheira Ana indicou
479 novamente que não há finalidade para dados pessoais dos indivíduos que irão responder o
480 formulário, pois ele tem como objetivo identificar as instituições e obter seus contatos. Além
481 disso, salientou que a comissão necessita de mais participantes para elaboração do plano e que
482 todas as entidades passaram por uma análise da comissão e do pleno anteriormente à adesão
483 do plano. Os encaminhamentos da comissão foram aprovados. **11.6 Comissão de**
484 **Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade:** A conselheira Waleiska relatou que
485 a comissão está tendo dificuldades para se reunir e destacou a relevância da participação dos
486 (as) conselheiros (as) nesta temática que é de extrema importância, pois engloba diversos
487 temas tratados no COPED, como a população trans, adolescentes, a população negra e outros
488 grupos. Portanto, a conselheira expõe a sua preocupação quanto ao “abandono” dessa
489 comissão e solicita maior participação dos (as) conselheiros ou indicações para auxiliar nas
490 demandas. Além disso, a conselheira ressalta que o Paraná é um dos poucos - senão o único -
491 estados que desde o início da pandemia não permitiu nenhuma visita, nem mesmo os cultos
492 religiosos. O vice-presidente reforçou a importância da comissão e expôs que os (as)
493 conselheiros (as) indiquem pessoas para participar nas comissões - não necessariamente



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

494 eles/elas próprios (as) ou seus suplentes. **12. Relato de Comissões Temporárias e GTs:** o
495 vice-presidente abriu a palavra para relatos sobre as comissões temporárias e os grupos de
496 trabalho. 12.3 GT da Cartilha: o vice-presidente, Marcel, indicou que a diagramação final da
497 cartilha está próxima com auxílio do Mandato Goura em conjunto com a conselheira Lena. Além
498 disso, Lena solicitou uma revisão da cartilha no ponto de vista legal e encaminhamentos
499 jurídicos, sendo assim, o vice-presidente solicitou aos conselheiros (as) para realizar essa
500 revisão. O conselheiro Anderson e as conselheiras Rita e Waleiska se dispuseram a realizar a
501 revisão. **12.4 GT de Educação em período de Pandemia:** O conselheiro Clau relatou que o GT
502 será debatido no âmbito da sociedade civil para encaminhamentos necessários. **13. Informes**
503 **da Secretaria Executiva:** A sec. Juliana inicialmente destacou a questão dos cartões
504 corporativos, onde ficou como pendente somente a solicitação do conselheiro Delton. Em
505 seguida, a sec. informou que com relação a devolutiva sobre o retorno das reuniões presenciais,
506 onde havia um encaminhamento da reunião passada em que sairia um expediente do COPED,
507 SEJUF e SESA. Porém, neste intervalo de tempo, a SEJUF decidiu propor uma resolução única
508 para organizar a retomada das reuniões de todos os conselhos vinculados à secretaria.
509 Portanto, como a SEJUF irá fazer isso em consonância com orientações da SESA em análise do
510 período pandêmico atual, a sec. Juliana está aguardando essa resolução para melhores
511 encaminhamentos ao COPED. Referente ao Ofício Circular sobre os interconselhos, ainda não
512 foram trazidas respostas, pois a Secretaria Executiva ainda está recebendo dos conselhos,
513 sendo assim, quando houver um número significativo de respostas será trazido ao pleno. Sobre
514 a Eleição da Ouvidoria, a publicação oficial do resultado deverá sair até o dia 09 de Agosto no
515 site do COPED e o envio da lista tríplice a Defensoria é até o dia 18 de Agosto. Por fim, a sec.
516 Juliana informou que a próxima reunião do COPED será no dia 03 de Setembro. **14. Informes**
517 **dos Conselheiros e Conselheiras:** o vice-presidente abriu a pauta para inscrição de informes
518 dos conselheiros e conselheiras. A conselheira Ana compartilhou com os presentes que na
519 terça-feira (10) será iniciado o Curso de Formação e Respeitar, que irá trabalhar com
520 informações sobre a população LGBTI+ voltado para servidores e servidoras públicas municipais
521 e estaduais. Serão 11 encontros com mais de 25 palestrantes, contando com formações iniciais
522 de 2 dias, 3 rodas de conversa e formações temáticas - com áreas da saúde, educação,



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

523 segurança pública, assistência, DEPEN, socioeducação e sistema de justiça com o foco LGBTI+.

524 Portanto, a conselheira reforça o convite exaltando a importância da ampla participação no

525 evento. Além disso, a conselheira Ana indica que será realizada a cerimônia do CONSEPIR em

526 homenagem às mulheres negras em referência ao mês da Mulher Negra Latino-Americana e

527 Caribenha, onde terão 20 mulheres homenageadas por indicação do CONSEPIR. O vice-

528 presidente registrou seus parabéns pela realização deste curso pela secretaria. A conselheira

529 Crica também informou sobre o Prêmio Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, onde sua

530 mãe será homenageada *in memoriam* e a conselheira receberá no lugar dela. Outra situação

531 posta pela conselheira Crica foi que na pasta de comissões que foi compartilhada com os (as)

532 conselheiros (as) tem a resposta do ofício da Itaipu em relação às comunidades indígenas e

533 indagou quando essa questão será tratada. O vice-presidente respondeu que a comissão terá

534 que se reunir para avaliar a resposta recebida pela Itaipu. A conselheira Angela indagou se

535 alguém tem algum informe sobre a mobilização realizada nas ruas com a população em situação

536 de rua nos dias em que ocorreram baixas temperaturas no Estado. Além disso, também reforçou

537 a homenagem que será realizada no CONSEPIR. O vice-presidente informou que em relação ao

538 atendimento da população em situação de rua nos dias de frio, o COPED expediu um ofício e a

539 conselheira Waleiska estava presente nesta mobilização. O conselheiro Delton informou que a

540 ABPN acabou de abrir em parceria com o Instituto Ibirapitanga a Escola de Políticas e Ações

541 Afirmativas, seu primeiro curso está aberto e é gratuito, mais informações serão compartilhadas

542 pelo conselheiro no grupo de *whatsapp* do conselho. O conselheiro Anderson divulgou que a

543 OAB/PR irá realizar a 7º Conferência da Advocacia Paranaense nos dias 11, 12 e 13, onde

544 haverá um painel no dia 12 sobre Cidadania e Direitos Humanos contando com os palestrantes:

545 Dr. Olympio de Sá, que fará uma fala sobre Democracia e Direitos Humanos; a Dra. Flávia

546 Cristina, que terá como tema a Pandemia e os Direitos Humanos; a Dra. Gisele Alessandra

547 Schmidt com o tema Advocacia e a Provocação do STF Para Exercer Seu Papel Contra

548 Majoritário na Tutela dos Direitos da População LGBTI Brasileira; o Dr. Daniel Sarmiento sobre a

549 Crise Constitucional Brasileira; e a Dra. Joiciane Bezerra de Menezes com o tema Direito da

550 Pessoa com Deficiência, A Difícil Travessia Para o Modelo Substitutivo de Vontade Para

551 Modelos de Apoios. Portanto, o conselheiro Anderson convida a todos (as) colegas advogados



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

552 (as) que possam participar e contribuir nesse evento. O vice-presidente Marcel apresentou seu
553 relato com relação ao atendimento da população de rua, onde a comissão responsável pelo
554 tema chegou a solicitar, de maneira emergencial, o uso emergencial do solo das Praças
555 Tiradentes e Rui Barbosa em Curitiba. Neste documento, o conselho solicitou: *“o uso do solo
556 das praças para instalação de tendas visando o atendimento à população em situação de rua.
557 Ademais, foi encaminhada a recomendação do CNDH referente a necessidade de gestores
558 públicos disponibilizarem cobertores, mantas, agasalhos e outras roupas de frio que possam
559 amenizar o impacto do frio intenso que enfrentaram, possibilitando a atuação da sociedade civil
560 organizada na distribuição de insumos materiais e alimentares para amenização do frio para as
561 pessoas em situação de vulnerabilidade.”*. Além disso, o vice-presidente mencionou a ajuda
562 recebida pela Secretaria do Governo do Estado e do Município que gerou uma maior atenção da
563 FAS, onde o conselheiro Leonildo conseguiu articular por essas tensões realizadas um espaço
564 da prefeitura, o Mesa Solidária localizada na Barão de Cerro Azul, transformando-o num ponto
565 de apoio das entidades da sociedades civil que pudessem ajudar a população a se proteger do
566 frio. Neste local, foram auxiliados das 19:00 às 07:00 durante 3 dias consecutivos e houve o
567 acesso a vans para realizar busca de pessoas em situação de rua em regiões descentralizadas.
568 Em resultado, em Curitiba houve morte zero de pessoas devido ao frio por conta das
569 articulações pela sociedade civil, estado e o município. A conselheira Waleiska informou que há
570 a possibilidade da substituição do conselheiro Leonildo por alguém de sua entidade devido aos
571 seus problemas de saúde. A conselheira Rita informou que como é de conhecimento de todos
572 (as), uma das comunidades mais atingidas pela pandemia foi a comunidade artística e cultural,
573 que estão sem receber absolutamente nada há mais de 15 meses. Diante dessa problemática, a
574 Frente Movimento apresentou um projeto de lei para a ALEP em conjunto ao Dep. Tadeu Veneri
575 e o Dep. Goura, solicitando a dispensa das certidões negativas, assim como, os descontos dos
576 recursos e recentemente o projeto passou na CCJ. Por fim, a conselheira Rita solicita que o
577 conselho fique atento a essa demanda, pois é de suma importância o apoio do conselho a essa
578 parcela da população. O Secretário e presidente do conselho, Ney Leprevost, inicialmente
579 parabenizou e deu as boas os conselheiros e conselheiras que foram eleitos para atual gestão
580 do COPED, reafirmando a sua certeza de que foram escolhidas pessoas competentes e



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

581 capacitadas que possuem compromisso firme com os Direitos Humanos, com as liberdades,
582 com a democracia, enfim, com tudo aquilo que preconiza a nossa Constituição Federal e com os
583 ideais humanistas que todos deste conselho compartilham. O presidente salientou a sua
584 dificuldade em estar presente em todas as reuniões do conselho, pois são plenárias que levam o
585 dia todo e somente na Secretaria há 14 conselhos e comitês, tornando-se inviável a participação
586 integral. Portanto, o Secretário relata que propôs ao vice-presidente Marcel que conduza as
587 pautas, o informando sobre tudo através de relatórios que serão trazidos pela sua suplente Ana
588 Raggio ou pela sec. Juliana Muller ou pela Dra. Angela Mendonça. Ademais, o presidente Ney
589 anunciou que após conversas sobre a nova lei do COPED com o vice-presidente Marcel, ficou
590 definido que a Secretaria irá ajudar e apoiar nessa lei para que ela seja aprovada. Além disso,
591 reforçou de que, mais do que nunca é necessário que estejamos unidos, independente de
592 ideologia política ou partidária, independente de credo, independente de etnias, devemos estar
593 unidos em defesa da democracia no Brasil, que vem sofrendo ameaças e que devemos ser
594 intransigente na defesa dessa conquista do povo brasileiro, indicando a democracia pode evoluir
595 muito e se tornar mais justa, vindo a ter um alcance mais amplo no sentido de beneficiar todas
596 as classes sociais do país. Para isso, o conselheiro exalta que a nossa democracia precisa
597 prosseguir sem interrupções e o COPED tem de estar vigilantes em relação a isso
598 posicionando-se sempre de forma firme em defesa da democracia e da liberdade de todos
599 aqueles os direitos que estão no Art. 5º da Constituição Federal - o direito à vida, o direito à
600 liberdade, o direito à privacidade. Por fim, o presidente Ney agradeceu a todos e todas,
601 desejando uma ótima gestão e ficou à disposição de todos que querem trazer ideias para a atual
602 gestão da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho. A Dra. Angela Mendonça saudou todos os
603 conselheiros e todas conselheiras, informando que vem acompanhado a pauta acerca do
604 COPED diretamente com a conselheira Ana e a sec. Juliana. As ações realizadas reforçam a
605 plena convicção de que há muito a se fazer e de que ela faz parte dessa grande rede que se
606 dispõe em defesa da democracia, indicando que sua porta estará sempre aberta ao conselho,
607 bem como se sente extremamente feliz em estar ao lado desses e dessas grandes militantes
608 neste momento da história. 15. Encerramento: Por fim, o vice-presidente Marcel agradeceu a
609 presença de todos e todas na Reunião Ordinária de Agosto do Conselho Permanente dos



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

610 Direitos Humanos do Estado Paraná, reforçando que as comissões deverão se reunir durante o
611 mês de agosto e encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada pelo estagiário Davi da Rosa.